

**POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
CONTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB PARA OS MUNICÍPIOS
PIAUIENSES (2014-2023)**

Maria Valéria Santos Leal
Universidade Federal do Piauí
valeria.santos@tcepi.tc.br

1. Introdução

A educação, como direito social fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, é um pilar essencial para a transformação social e o desenvolvimento de uma sociedade equitativa e inclusiva. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) reforçam a responsabilidade do Estado em promover uma educação de qualidade, pautada na equidade comprometida com o desenvolvimento humano. Assim, a formação continuada de professores é componente indispensável para alcançar as metas educacionais e garantir um ensino eficaz e adaptado às demandas contemporâneas.

O que motivou este estudo é a constatação de que, apesar do arcabouço jurídico e dos investimentos realizados, a educação pública brasileira, especialmente no estado do Piauí, ainda enfrenta desafios importantes no que tange à efetividade das políticas públicas para a formação docente. Disparidades nos resultados educacionais entre municípios e a limitada tradução de políticas em práticas pedagógicas eficientes apontam para uma lacuna entre o financiamento, a aplicação dos recursos e os resultados concretos.

Este estudo tem como objetivo analisar como as políticas públicas de formação de professores, financiadas pelo Fundeb, contribuem para a melhoria da educação básica nos municípios piauienses. Especificamente, busca caracterizar as políticas de formação docente, mapear os recursos utilizados, identificar ações nos planos municipais e compreender a relação entre os recursos aplicados e os resultados educacionais obtidos.

A relevância desta pesquisa se amplia ao considerar o cenário global, no qual a valorização da educação de qualidade é reconhecida como elemento-chave para o desenvolvimento sustentável. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

da Agenda 2030 da ONU, o estudo reforça a importância de uma formação docente contínua para garantir uma educação inclusiva e equitativa. Nesse sentido, a presente investigação contribui não apenas para o debate acadêmico, mas também para o aprimoramento das práticas de fiscalização e auditoria de políticas públicas educacionais, promovendo impactos positivos no sistema educacional do estado do Piauí e no desenvolvimento de sua sociedade.

2. Desenvolvimento

O estudo se fundamenta em conceitos e teorias relacionadas às políticas públicas de educação e financiamento, enfatizando a formação continuada de professores como elemento-chave para a melhoria da qualidade educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os dispositivos constitucionais, e o Plano Nacional de Educação (PNE) (2014–2024) fornecem o arcabouço normativo que orienta o tema. Autores como Dubet (2008), que discute a equidade como princípio essencial para a democratização da educação, e Darling-Hammond (2014), que destaca a importância da formação docente na qualidade do ensino, oferecem bases teóricas importantes.

O financiamento da educação no Brasil é desenvolvido a partir do papel do Fundeb, um mecanismo essencial para redistribuir recursos e promover a valorização dos profissionais da educação. Kendall (2012) e Dubet (2003) apontam que a ligação entre o financiamento público e a melhoria educacional é fundamental, sobretudo em contextos de desigualdade regional. Além disso, a Resolução CNE/CP nº 1/2020 reforça a formação continuada como eixo central das políticas educacionais, destacando a necessidade de alinhamento entre teoria e prática docente.

A pesquisa desenvolveu uma abordagem quanti-qualitativa, combinando dados estatísticos e análises interpretativas para garantir uma compreensão abrangente do objeto de estudo. A coleta de dados incluiu a análise de informações extraídas do Sistema de Acompanhamento de Gestão de Recursos da Sociedade (SAGRES), gerenciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), além da realização de entrevistas semiestruturadas em oito escolas, com a participação de 16 profissionais da educação. Além disso, foram aplicados questionários a 224 gestores, dos quais 154 responderam. Essa estratégia metodológica possibilitou uma análise integrada da gestão financeira dos

recursos educacionais e das práticas pedagógicas inovadoras nos municípios investigados.

Os dados quantitativos foram extraídos do SAGRES, enquanto as entrevistas e questionários forneceram elementos qualitativos. O software IRaMuTeQ foi utilizado para análise textual, permitindo identificar padrões e semelhanças nos discursos dos participantes. Essa combinação metodológica possibilitou uma análise aprofundada das relações entre políticas públicas, recursos financeiros e práticas educacionais nos municípios piauienses.

Constatou-se que, embora os recursos do Fundeb tenham contribuído para a formação continuada de professores, ainda há disparidades significativas entre municípios no uso desses recursos e na qualidade dos resultados educacionais. Municípios com melhor gestão e aplicação dos recursos alcançaram avanços no Ideb, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental.

As entrevistas revelaram que os professores valorizam a formação continuada, mas apontaram dificuldades na implementação prática das políticas, como a falta de alinhamento entre os programas de capacitação e as necessidades específicas das escolas. O que sugere, de acordo com Imbernón (2009), a importância de conectar a formação docente às demandas reais da sala de aula e ainda, “preparar profissionais capazes de organizar propostas pedagógicas com objetivos claros, suscitar a investigação dos problemas enfrentados no dia a dia escolar, buscando superá-los [...]” (MOURA, 2023, p. 147).

A análise dos dados qualitativos e quantitativos mostrou que, embora algumas regiões utilizem os recursos de forma estratégica, outros desafios administrativos e financeiros limitam o impacto das políticas públicas, enfatizando a necessidade de fortalecer a gestão dos recursos e alinhar as políticas de formação às especificidades locais, contribuindo para uma educação mais equitativa e de qualidade.

3. Conclusões

A pesquisa analisou as políticas públicas de formação de professores, financiadas pelo Fundeb, desenvolvidas para a promoção da educação básica de qualidade nos municípios piauienses. Observou-se avanços significativos na formação continuada dos professores, especialmente em regiões que implementam políticas consistentes. No entanto,

constatou-se disparidades regionais e dificuldades na aplicação eficiente dos recursos, evidenciando que muitos municípios ainda enfrentam desafios estruturais e administrativos que comprometem os resultados educacionais.

A relação entre os resultados e os objetivos confirma que, quando bem geridas, as formações financiadas pelo Fundeb impactam na prática pedagógica e nos indicadores educacionais. Professores relataram melhorias em suas práticas, refletidas no desempenho escolar dos alunos. Identificou-se a necessidade de maior participação dos docentes no planejamento das formações, considerando suas demandas específicas.

A pesquisa contribuiu para o aprofundamento acadêmico sobre a gestão de políticas públicas educacionais e sua aplicabilidade no contexto piauiense. Socialmente, oferece subsídios para a formulação de estratégias que promovam maior equidade no acesso à educação de qualidade. Sugere-se a realização de estudos futuros que investiguem o impacto a longo prazo dessas políticas em diferentes contextos regionais, bem como o desenvolvimento de mecanismos mais eficientes de acompanhamento e avaliação das ações financiadas.

4. Referências

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 de dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em:

www.planalto.gov.br. Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1/2020, de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a base nacional Comum para a Formação de professores da Educação Básica (BNC -Formação Continuada).

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>. Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 13.005/2014. Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

DARLING-HAMMOND, L. **Preparando os professores para um mundo em transformação.** São Paulo: Penso, 2014.

DUBET, F. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí, RS: EDUNIJUI, 2003.

DUBET, F. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

KENDALL, N. Educação para o Desenvolvimento. *In*: COWEN, Robert; KAZANIAS, Andreas M; UNTERHALTER, Elaine (org.). **Educação Comparada**: Panorama Internacional e Perspectivas. Vol. 1. Brasília: Unesco, Capes, 2012. p. 505-529.

MOURA, M. da G. C. **Educação de jovens e adultos**: formação, prática pedagógica e profissionalidade docente: Curitiba: Appris, 2023.

UNESCO. **Educação 2030**: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de aprendizagem ao longo da vida para todos. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656>. Acesso em: 20 ago. 2024.